

Editorial

O editorial deste número temático Rio+20 merece destaque especial por provocar reflexões acerca das múltiplas dimensões e atores relacionados às questões ambientais globais, regionais, internacionais, nacionais e locais e, principalmente, pelas respectivas implicações para pesquisa e ensino em Administração.

Entendo que os artigos convidados e os submetidos regularmente para a chamada de trabalhos nos forçam a inúmeros questionamentos a respeito das teorias e práticas de administração e/ou gestão.

No primeiro artigo convidado, **Os limiares planetários, a Rio+20 e o papel do Brasil**, Eduardo Viola e Matías Franchini exploram o papel do Brasil na governança do espaço de operação seguro para a humanidade, avaliando como o país complementa o enorme capital ambiental físico que possui com ações políticas específicas orientadas para uma economia verde de baixo carbono (EVBC), tanto no âmbito doméstico quanto no internacional. Os autores destacam a crescente distância entre a aceleração dos problemas da interdependência – especialmente a definição de um espaço seguro de operação para a humanidade – e os mecanismos globais de governança existentes, derivada de um sistema internacional bloqueado e dominado por forças conservadoras. O resultado frustrante da Rio+20 é evidência clara dessa defasagem.

Na sequência dos artigos convidados, em **Rio+20: what we can learn from the process and what is missin**, Jose A. Puppim de Oliveira apresenta os debates sobre desenvolvimento sustentável desde a Rio 92 até os recentes debates acerca da economia verde e das estruturas institucionais para desenvolvimento sustentável. Os autores investigam como e por que o progresso foi alcançado em algumas áreas e quais os obstáculos para progresso na agenda da economia verde e na governança ambiental.

No terceiro artigo convidado, **Desenvolvimento sustentável na Rio+20: discursos, avanços, retrocessos e novas perspectivas**, de autoria de Roberto Guimarães e Yuna Fontoura, é analisado o caminho percorrido pela agenda global de desenvolvimento sustentável, a partir da Rio 92 até os desafios, em grande parte frustrados, da conferência recém-concluída no Rio de Janeiro. Para tal propósito, foram identificados os avanços e retrocessos nesta agenda, o processo preparatório e resultados alcançados na Rio+20, bem como as ameaças provocadas pela nova agenda ambiental global. Os autores concluem que os discursos da segurança alimentar, da insuficiência do Produto Interno Bruto, da credibilidade científica, da economia verde e da importância do setor privado para o desenvolvimento sustentável sobressaíram-se durante a cúpula de 2012 e que o mundo enfrenta um *deficit* político de implementação de decisões já adotadas reiteradamente.

Em **A Amazônia na Rio+20: as discussões sobre florestas na esfera internacional e seu papel na Rio+20**, Joana Bezerra, no quarto artigo convidado, apresenta uma análise da qualidade singular do tema “florestas na agenda ambiental internacional e o papel da Amazônia no encontro das Nações Unidas”. A autora destaca que quatro questões dominaram o debate – a construção de Belo Monte, o desmatamento, as unidades de conservação e o Código Florestal – evidenciando o papel central da Amazônia não apenas no Brasil, mas também na esfera internacional. Observa que a situação do tema na Rio+20 também foi contraditória, já que, apesar de perpassar os temas discutidos, as florestas não fizeram parte da agenda oficial do evento.

Dentre os artigos submetidos regularmente, destacamos **Do desenvolvimento sustentável à economia verde: a constante e acelerada investida do capital sobre a natureza**. Maria Ceci Misoczky e Steffen Böhm, informados por uma perspectiva teórica marxista, refletem sobre a relação entre capital e natureza e, especificamente, sobre o “processo Rio”, que se iniciou em 1992 e continuou com a recente Conferência Rio+20. Constatam uma evolução do discurso do desenvolvimento sustentável à economia verde relacionando-os a práticas fundamentalmente similares e contínuas que permitem ao capital cooptar conceitos inicialmente radicais, tais como sustentabilidade, de modo a incluí-los em sua lógica de acumulação.

A seguir, em **Por uma crítica ao conceito de desenvolvimento sustentável**, Fabio Vizeu, Francis Kanashiro Meneghetti e Rene Eugenio Seifert tecem uma crítica, em uma perspectiva frankfurtiana, ao conceito de desenvolvimento sustentável, por meio da articulação de argumentos que confrontam a visão aparente desse conceito, vislumbrando sua essência ideológica que, de forma nada ingênua, cria uma falsa noção de conciliação entre o capitalismo e a questão ecológica. Apresentam os fundamentos da contradição do conceito de desenvolvimento sustentável da ótica da lógica interna do capitalismo, demonstrando a impossibilidade de conciliação entre uma suposta prática ecologicamente viável com os objetivos desse sistema.

Em **Políticas da Terra: existe um novo discurso ambiental pós-Rio+20?**, Juliana Wenceslau, Natalia Latino Antezana e Paulo do Pin Calmon contribuem para o debate sobre a evolução recente da política ambiental, indagando em que medida os debates que marcaram a Rio+20 caracterizam uma ruptura com os quatro discursos predominantes na política ambiental ao longo dos últimos 40 anos – sobrevivencialismo, resolução de problemas, sustentabilidade e radicalismo verde. A análise do discurso da Rio +20 foi baseada no documento final da conferência, *The Future We Want*, com a conclusão, por parte dos autores, de que os debates da conferência agregam dois grandes discursos: resolução de problemas e sustentabilidade.

Tecnologias sociais: as organizações não governamentais no enfrentamento das mudanças climáticas e na promoção de desenvolvimento humano, de autoria de Andréa Cardoso Ventura, Luz Fernandez García e José Célio Silveira Andrade,

que avaliam o potencial de algumas das tecnologias sociais (TS) de convivência com o semiárido, desenvolvidas por diversas organizações, para a mitigação das mudanças climáticas e a promoção de desenvolvimento humano. Constata-se que as TS têm grande potencial para auxiliar na mitigação e na adaptação das mudanças climáticas, ao mesmo tempo em que promovem melhorias na qualidade de vida das localidades onde estão sendo desenvolvidas.

No artigo, **Inovação e sustentabilidade na produção de energia: o caso do sistema setorial de energia eólica no Brasil**, Thiago Cavalcante Nascimento, Andréa Torres Barros Batinga de Mendonça e Sieglinde Kindl da Cunha verificam como as ações do sistema setorial brasileiro de energia eólica se relacionam com as perspectivas econômicas, sociais e ambientais que caracterizam inovações sustentáveis. Argumentam que as questões energéticas estão no cerne do desenvolvimento humano ao longo da história e que, em decorrência do atual cenário de mudanças climáticas, o desenvolvimento de fontes alternativas de energia é de vital importância na contemporaneidade. Os resultados evidenciam que o sistema setorial de energia eólica está estruturado em torno de uma série de instituições públicas, autarquias, associações de pesquisa e outros *stakeholders* que demonstram crescente interesse no desenvolvimento do setor no país.

Em **Inovação ambientalmente sustentável e fatores de sucesso na percepção de gestores da indústria de transformação**, Janine Fleith de Medeiros, José Luis Duarte Ribeiro e Cassiana Maris Lima Cruz investigam as dimensões e os fatores que, de acordo com a percepção dos gerentes de negócios, impulsionam o sucesso no mercado de produtos ambientalmente sustentáveis. Os resultados levaram à validação e classificação dos fatores e dimensões mencionados na literatura e possibilitaram a identificação de novos fatores, tais como: domínio tecnológico, preço competitivo, qualidade, marca da empresa e retorno financeiro. O estudo mostra, ainda, diferença mais profunda entre as áreas de atuação do que entre os setores. Com base na lista de fatores gerada, recomenda-se a realização de novos estudos para medir o impacto dos fatores e dimensões sobre o sucesso de produtos verdes.

Finalmente, entre os artigos submetidos regularmente, **Evidências cotidianas de resistência ao consumo como práticas individuais na busca pelo desenvolvimento sustentável**, de Fernanda Kraemer; Teniza da Silveira e Carlos Alberto Vargas Rossi tem como objetivo conhecer as motivações para a resistência ao consumo que acompanham a questão do desenvolvimento sustentável; analisar as crenças e percepções sobre a resistência ao consumo, como forma de contribuir para o desenvolvimento sustentável; e explorar a prática de resistência ao consumo no contexto de vida de consumidores. Cabe destacar que a alimentação parece ser o setor de consumo no qual a resistência ao consumo manifesta-se mais fortemente; enquanto a rejeição a

produtos com circuitos longos de produção – aparentemente inédita na literatura – emergiu como outro importante foco de atuação. Críticas ao governo brasileiro, por suas políticas de incentivo ao consumo, também foram encontradas, reforçando a ideia de que os cidadãos entendem que o caminho em direção a uma sociedade mais sustentável passa não só por ações individuais, mas, também, estatais.

A Seção Opinião deste número temático, composta de ensaios submetidos regularmente, traz contribuições importantes para o debate ambiental porque nos remete a múltiplos atores em múltiplos níveis normalmente sub-representados na literatura.

Paulo Thiago Nunes Bezerra de Melo, Helena Kuerten de Salles e Hans Michael van Bellen, no artigo **Quadro institucional para o desenvolvimento sustentável: o papel dos países em desenvolvimento com base na análise crítica do discurso da Rio+20**, investigam o papel dos países em desenvolvimento na dimensão institucional do desenvolvimento sustentável. Com base na análise crítica do discurso, analisam o relatório desta conferência, no qual identificam dois papéis atribuídos aos países em desenvolvimento: recebedores e beneficiários de investimentos de fundos internacionais para o desenvolvimento sustentável e produtores e consumidores insustentáveis.

Em **Governança ambiental global: atores e cenários**, Julia Vaz Lorenzetti e Rosinha Machado Carrion enfatizam a análise das questões da participação e da fragmentação da estrutura organizacional do sistema de governança transnacional em vigor. As autoras questionam em que medida a estrutura criada sob a égide da ONU viabiliza a expressão democrática dos diferentes interesses envolvidos, e concluem que será necessário reafirmar a soberania e a legitimidade do campo político.

Carlos Eduardo Justen e Luís Moretto Neto, no artigo **Do economicismo à dialogicidade: as contribuições do paradigma da ecologia profunda e da noção de gestão social para a temática da sustentabilidade empresarial**, procuram evidenciar a possibilidade tanto de uma gestão mais sustentável, considerando, pois, a interdependência intrínseca entre homem e meio ambiente natural, quanto de uma sustentabilidade mais humana, porquanto construída por meio de uma ação comunicativa, numa relação linguística travada entre sujeitos e, não, entre sujeito-objeto.

No ensaio **Desafios da energia no Brasil: panorama regulatório da produção e comercialização do biodiesel**, de autoria de Cintia Freire Garcia Vieira Braga e Lamartine Vieira Braga, são analisados os aspectos jurídicos do panorama regulatório da produção e comercialização do biodiesel no Brasil. Os autores concluem que os biocombustíveis apresentam grande potencial para se tornarem importante fonte sustentável de energia para o país, além da possibilidade de contribuírem para a melhoria do seu quadro social, por meio do desenvolvimento de programas de governo que contemplem a sua produção pelos agricultores familiares.

No ensaio, **O catador de materiais recicláveis: um agente ambiental**, Lucimare Ferraz, Mara Helena de Andrea Gomes e Maria Assunta Busato apresentam aspectos do trabalho dos catadores para gerar reflexões sobre ambiente, recursos e trabalho. Destacam que eles não possuem qualquer tipo de apoio dos governos, mas necessitam que os profissionais das unidades de saúde e do serviço social (re)conheçam as fragilidades do trabalho na catação do lixo e implementem ações de proteção.

Em **Vozes sem eco entoadas no Nordeste do Brasil: constructos de resistência à degradação ambiental**, Augusto Marcos Carvalho de Sena e Fátima Regina Ney Matos enaltecem as vozes contra a degradação ambiental contidas em obras da música popular brasileira nordestina. Assumem que tal poesia pode ser usada como denúncia do grave problema de degradação ambiental que ocorre no Brasil, e que movimentos ambientalistas podem e devem usá-la em suas atuações ativistas.

Por fim, este número representa também a concretização da proposta de modernização do periódico, financiada com recursos do CNPq, da EBAPE e da FGV, com o lançamento da nova página que hospeda o Cadernos. Agradeço a estas instituições por terem patrocinado esta importante proposta porque viabiliza um processo editorial mais célere e transparente. Particularmente agradeço à equipe composta por Jefferson Santos (Coordenador de TI), Rodrigo Rego (*Webdesigner*), Roberta Guimarães (Analista de Conteúdo),

Vinicius Cruz (Estagiário de Desenvolvimento), Daniela Souto Maior (Analista de Desenvolvimento) e Fabiana Braga Leal (Assistente Editorial) pela valiosa colaboração na elaboração da nova página e na migração do periódico do Portal da EBAPE para a Biblioteca Digital da FGV.

Desejo que a leitura do número temático Rio+20, na nova página do Cadernos EBAPE, produza impactos construtivos por promover o debate interdisciplinar e crítico na comunidade acadêmica.

Ana Lucia Guedes
Editora